

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA E OS PRIMEIROS SINAIS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ILHA SOLTEIRA/SP

THE CONSTRUCTION OF THE HYDROELECTRIC PLANT AND THE FIRST SIGNS OS SPATIAL SEGREGATION IN ILHA SOLTEIRA/SP

Luiz Henrique Mateus Lima¹

RESUMO:

O presente artigo visa descrever como a atual cidade de Ilha Solteira passou de um potencial alojamento para os trabalhadores na construção da Usina Hidrelétrica para uma cidade planejada, cuja distribuição das casas revelam que quanto maior era a posição do funcionário na empresa e seu salário, melhor era a classe social dele, e com isso sua residência também era melhor. Por ter sido uma cidade planejada, Ilha Solteira desde seu início tem mostrado sinais onde fica evidente que existiu e ainda existe segregação socioespacial. Além do exemplo das casas destinadas aos moradores com maior salário e cargo nas empresas responsáveis pela construção da Hidrelétrica, os bairros da cidade também eram divididos, isso podia ser visto pelo modelo das casas, sendo que a zona norte da cidade era destinada aos moradores com um cargo menor e a zona sul era destinada aos trabalhadores com cargos mais importantes na empresa. Este padrão de divisão não era restrito somente as casas dos moradores, as opções de lazer e as escolas também eram divididas para os empregados e para seus filhos - no caso das escolas -, deixando evidentes os sinais de que a segregação estava presente.

PALAVRAS-CHAVE: Ilha Solteira; Segregação Socioespacial; Usina Hidrelétrica; Planejamento Urbano; Companhia Energética de São Paulo.

ABSTRACT:

This article aims to describe how the current city of Ilha Solteira went from a potential housing for workers in the construction of the hydroelectric plant for a planned city, whose distribution of houses shows that the greater the employee's position in the company and your pay, better it was the social class, and with it his residence was also better. Because it

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em Geografia pela FCT UNESP – Campus de Presidente Prudente / E-mail: lugano_lima@yahoo.com.br

was a planned city, Ilha Solteira since its inception has shown signs where it is evident that existed and still exists spatial segregation. Besides the example of houses designed for residents with higher salary and position in the companies responsible for the construction of the hydroelectric plant, the city districts were also divided, it could be seen by the model of the houses, and the area north of the city was designed for residents with a position lower and the south was for employees with the most important positions in the company. This splitting pattern was not restricted to only the houses of the villagers, the leisure options and schools were also divided for employees and their children - in the case of schools - leaving obvious signs that segregation was present.

KEYWORDS: Ilha Solteira; Spatial Segregation; Hydroelectric Plant; Urban Planning; Sao Paulo Energetic Company.

INTRODUÇÃO

Uma pequena ilha solitária no Rio Paraná, com densa vegetação em seu interior e areias brancas em suas praias, visíveis no período da seca. Com dois quilômetros de comprimento, e largura que varia de 10 a 300 metros, a Ilha destacava-se na paisagem da imensa área, praticamente despovoada, numa das extremidades do Distrito de Bela Floresta (SÁVIO, 2011).

Segundo Sávio (2011), a região chamou a atenção dos especialistas que procuravam o lugar ideal para a construção da hidrelétrica, que seria a maior do Brasil:

Desde os anos de 1950, quando se planejou, pela primeira vez, o complexo de Urubupungá, a região já vinha sendo vasculhada permanentemente por técnicos dispostos a encontrar o melhor lugar para a construção das barragens. Ainda no início das obras de Jupiá, homens haviam sido designados para encontrar a melhor área para a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira e de seu futuro acampamento. Utilizaram-se de aviões para reconhecimento, navegaram pelos rios Paraná e usaram carros e cavalos para percorrer a região, margeando o rio pelos lados do Mato Grosso e de São Paulo (p. 42).

Durante a década de 1950, a tendência no país era a construção de Usinas Hidrelétricas, essas construções estavam sendo feitas pelas iniciativas estatais, havia uma necessidade de crescimento do país nessa época e a ideia era de que tivesse início no país um desenvolvimento industrial. Com isso, havia a oportunidade de que o capital estrangeiro tivesse uma participação importante, principalmente no que dizia respeito aos maquinários para, enfim, ter início as construções das usinas (FROELICH, 2001, p. 43).

Em relação às iniciativas que os governos estaduais estavam colocando em prática para o desenvolvimento elétrico no país:

No Estado de São Paulo, durante o governo do Prof. Lucas Nogueira Garcez (1950-1954), o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo promoveu uma planificação completa do desenvolvimento hidrelétrico do Estado, e promoveu os projetos das Usinas do Rio Pardo e do Paranapanema. Em 1950, foi iniciada a construção da Usina de Salto Grande sobre o rio Paranapanema. Para sua realização, foi organizada a Usinas Elétricas do Paranapanema S.A. (USELPA), em 1951. Para o projeto e a construção das usinas do Rio Pardo, foi organizada a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (CHERP), em 1956 (BARRETO, 1983, p. 35-36).

Foi criada, em 1951, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai (CIBPU), cuja função era reunir representantes dos governos dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais, com o objetivo de promover melhorias nos estados citados e nas regiões. Segundo Araújo (2005, p. 65), “isso aconteceria através do componente energético, mais especificamente, hidrelétrico”.

Segundo Froelich (2001, p. 55), a Lei Estadual 2018 de 23/12/1952 é a responsável pela criação da CIBPU, órgão que, como foi descrito, estava voltado para a realização de estudos regionais, especialmente no campo hidrelétrico.

Em seu livro sobre Ilha Solteira, o professor Gilval Mosca Froelich diz que:

O primeiro projeto técnico de Ilha Solteira foi italiano, prendendo-se à assinatura do contrato da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU) com a Edisonbras – subsidiária brasileira da Società Edison de Milão, com interveniência do Daee-SP, em 27/05/1955, prevendo o aproveitamento dos saltos de Urubupungá (Rio Paraná) e de Itapura (Rio Tietê) e a criação de uma sociedade de economia mista para coordenar o empreendimento (mas a nova empresa, a Celusa, surgirá somente em 1961). A principal razão para a escolha dessa empresa italiana parece ter sido a capacitação técnica de seu Departamento de Obras Hidráulicas, cujo diretor, o engenheiro Cláudio Marcelo, era autoridade de renome internacional nesse campo. Subestimava-se, assim, a engenharia brasileira (2001, p. 57).

Esse estudo estabeleceu-se de um projeto-base da usina e barragem de Jupiá e de um estudo para Ilha Solteira. No início da década de 1960 o segundo projeto foi elaborado pela empresa brasileira Themag, cujo objetivo principal era nacionalizar o projeto. Segundo Froelich, um projeto visando a criação de um futuro núcleo urbano foi posto em prática (SÁVIO, 2011, p. 39).

Sobre o projeto Ilha Solteira, Sávio salienta que:

Tudo indica que o projeto Ilha Solteira, latente desde 1952, brotou durante o período de governo de Juscelino Kubitschek, representativo do “milagre dos anos 50”. Para ele, o projeto afinava-se com os ideais desenvolvimentistas de JK porque era baseado num tripé, onde a responsabilidade pela construção de usina foi atribuída à grande empresa estatal e à grande empresa nacional, ficando o aporte de equipamentos e tecnologia por conta de grandes empresas privadas estrangeiras (2011, p. 39).

O estudo para a conclusão do conjunto energético de Urubupungá optou por iniciar as obras pela Usina de Jupiá, no próprio Rio Paraná, “pelo fato de encontrar-se à margem da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da cidade mato-grossense de Três Lagoas, dispondo de acesso rodoviário e comunicações telefônicas de que não se dispunha, inicialmente, no local de implantação de Ilha Solteira (VELASCO, 1988, p. 24)

A segunda etapa do desenvolvimento do Complexo Urubupungá foi a construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira (CHÁVEZ, 1988), que teve início em 1966. Segundo Sávio:

Desde os anos 1950, quando se planejou, pela primeira vez, o complexo de Urubupungá, a região já vinha sendo vasculhada permanentemente por técnicos dispostos a encontrar o melhor lugar para a construção das barragens. Ainda no início das obras de Jupiá, homens haviam sido designados para encontrar a melhor área para a construção da hidrelétrica de Ilha Solteira e de seu futuro acampamento. Utilizaram-se de aviões para reconhecimento, navegaram pelo rio Paraná e usaram carros e cavalos para percorrer a região, margeando o rio pelos lados do Mato Grosso e de São Paulo (2011, p. 43).

Para a construção das hidrelétricas, a CELUSA recebeu uma injeção financeira dos governos estaduais e foi decidido que as obras civis teriam a concorrência de empreiteiros nacionais, por outro lado, os equipamentos seriam obtidos de empresas do Mercado Comum Europeu, além de empresas do Japão, Canadá e Estados Unidos. Desses países, vieram também os empréstimos, na ordem de US\$ 60 milhões, para a compra dos equipamentos (SÁVIO, 2011).

Como acontece em todas as obras, alguns problemas surgiram no início da construção da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, um dos problemas foi que as obras da Usina de Jupiá estavam acontecendo ao mesmo tempo, e com isso estava em falta a mão de obra qualificada necessária para essas obras. Com isso, as empresas responsáveis pela obra iniciaram a construção de um núcleo urbano de caráter permanente (Figura 2), que servisse para abrigar os operários contratados para a construção da Usina Hidrelétrica na qual teve início com a autorização do então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco em 03/04/1966 (ARAÚJO, 2005, p. 69). No ano de 1968 começaram a se mudar as primeiras famílias para Ilha Solteira (CHÁVEZ, 1988).



Figura 2: Ilha Solteira durante sua construção
Fonte: <http://www.dee.feis.unesp.br>

Hespanhol (1993, p. 16), revela que após a autorização para início das atividades de construção, a CELUSA passou para a empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A a responsabilidade pelo início das obras da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, essa atitude aconteceu pelo fato da CELUSA não ter realizado uma licitação prévia.

Em 1966, foi anunciado que com o fim das obras das duas primeiras usinas hidrelétricas, o Complexo Urubupungá teria um dos maiores aproveitamentos hidráulicos do mundo, sendo superado apenas pelas usinas soviéticas de Krasnoyarsk (6.000 MW, em construção na época) e de Bratsk (5.000 MW). Até então, as usinas hidrelétricas construídas no país e mesmo no Estado de São Paulo eram de grande capacidade geradora muito inferior às de Jupiá, projetada para gerar 1.400 Megawatts de Ilha Solteira, para gerar 3.200 MW (ARAÚJO, 2005, p. 68).

A CHEGADA DOS PRIMEIROS TRABALHADORES

Por ser uma região desprovida de centros urbanos importantes – os mais próximos ficavam a mais de 100 km – “era muito difícil garantir condições adequadas de moradia para os trabalhadores que vinham de outras localidades” (LIMA, 2012, p. 25). Esse foi o principal motivo para que fosse estabelecido em Ilha Solteira um núcleo urbano definitivo para que os trabalhadores pudessem se instalar com suas famílias.

Segundo Sávio (2011) a maioria dos trabalhadores já começava a se deslocar de uma usina cuja construção já estava em fase final (Jupiá) para uma nova empreitada (Ilha Solteira), 40 km adiante. O autor continua:

Num dos folhetos promocionais distribuídos pela CESP à época da inauguração de Ilha Solteira, uma frase, em tom ufanista, resumia a grande empreitada: “O Brasil todo veio participar do mutirão paulista”. De fato, eram trabalhadores vindos de várias partes do país, especialmente do Nordeste. Os chamados “barrageiros” estavam acostumados a se mudar de uma obra para outra, assim que os trabalhos estivessem concluídos (p. 48).

Um artigo publicado, em 1968, pelo Jornal “O Barrageiro”, descrevia bem qual era a situação que estava sendo vivida pelos primeiros moradores dessa época:

Desde o dia 15 do corrente, 20 famílias estão se mudando diariamente para o Núcleo Residencial de Ilha Solteira. [...] Sábado último, O Barrageiro esteve na Rua 10, casa nº 12, cujo morador, o Sr. Vitor Gabriel de Souza, funcionário da Camargo Corrêa, que durante seis anos morou em Vila Piloto, estava pronto para se transferir para Ilha Solteira. “Para ele é melhor morar lá”, disse a esposa. “Ele já trabalha lá há 3 anos”. “No Núcleo Residencial travamos contato com diversas famílias já transferidas e, ao que pudemos constatar, nenhuma delas demonstrava sentimentos de pessimismo”. “De mudança em mudança cada um fazendo a sua parte, desde o operário até professores, técnicos, médicos e engenheiros”.

Um problema recorrente em cidades em construção é a falta de estrutura adequada para as famílias. Segundo Dourado (2007, p. 70), quando os primeiros moradores começaram a se instalar no novo núcleo urbano, no ano de 1968, havia

poucas casas, existia um centro comercial com pouquíssimas opções, suprindo somente as necessidades de alimentação; postos de gasolina e um ambulatório médico cuja instalação era em barracos de madeira. E para as crianças que vinham com os pais o recente núcleo urbano era limitado a algumas salas disponíveis para estudos, algumas delas eram provisórias. Em seu início, a cidade, segundo a autora, era um grande “canteiro de obras”, onde não havia ruas pavimentadas e era composta somente por “máquinas e homens trabalhando”.

PRIMEIROS SINAIS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Ilha Solteira está localizada a noroeste do Estado de São Paulo (Figura 3), situada a margem esquerda do Rio Paraná, e possui atualmente uma população de 25.064 habitantes (IBGE, 2013).

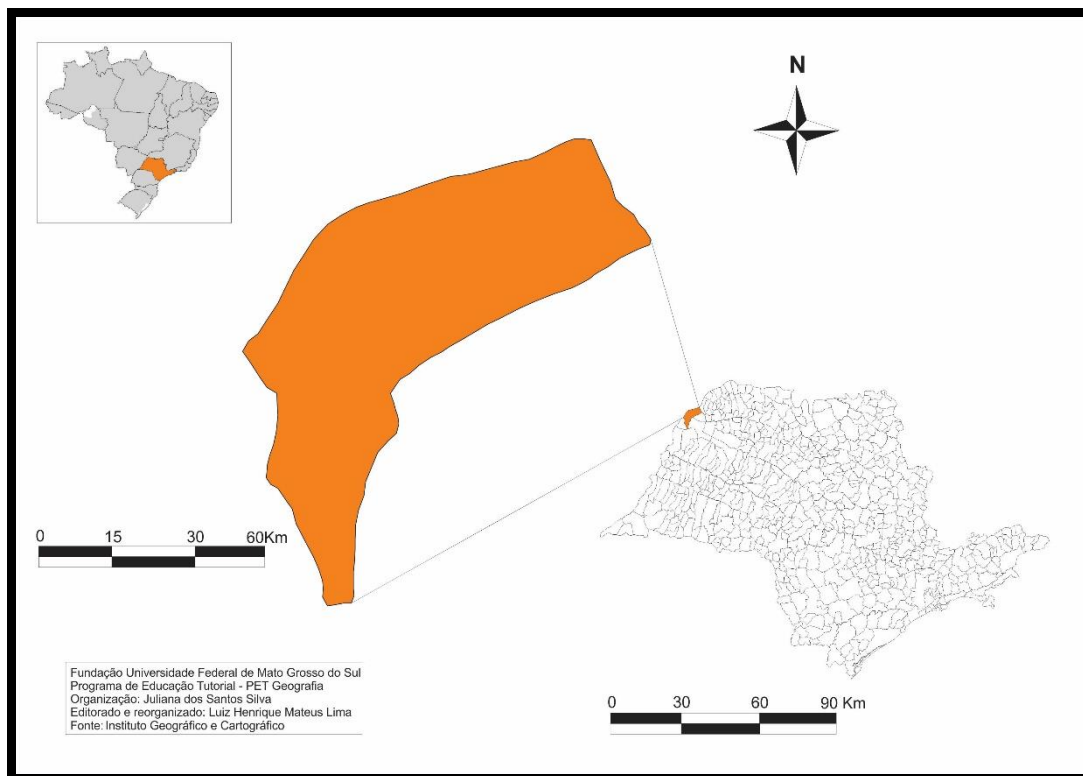


Figura 3: Localização de Ilha Solteira no estado de São Paulo

Desde sua fundação, Ilha Solteira preserva suas casas ligadas umas às outras (geminadas), que formam os quarteirões onde as casas ficam em fileira, estando uma de frente para a outra, tendo somente uma rua que as separam. Esses locais são chamados de vielas, pois as casas não têm espaço entre si, fazendo com que as casas estejam unidas umas com as outras (DOURADO, 2007). As figuras 4 e 5 mostram como são essas vielas e como as casas são grudadas.

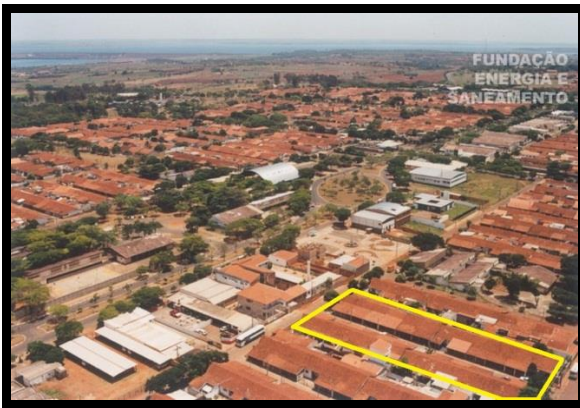


Figura 4: Imagem aérea de um quarteirão
Fonte: <http://www.dee.feis.unesp.br>



Figura 5: Modelo de casa geminada
Fonte: <http://www.dee.feis.unesp.br>

Por ter sido uma cidade planejada, Ilha Solteira mostra, desde o começo, sinais de segregação socioespacial. Como foi citado anteriormente, as casas eram distribuídas de acordo com o cargo que o empregado exercia na construção da Usina Hidrelétrica.

Observando esse processo de segregação, o escritor Fernando Sávio comenta que essas divisões que aconteciam provocavam o surgimento de verdadeiras “castas” entre os moradores, o que contribuía para o crescimento do preconceito entre os habitantes do núcleo urbano. Segundo o escritor:

A ideia de agrupar a população por níveis de categorias profissionais talvez tenha sido a mais polêmica de todo o projeto e a que causou mais problemas para a população ao longo dos próximos anos. Mesmo sabendo dos riscos de segregação, o projeto optou por amenizá-los, distribuindo as casas de modo a provocar uma certa nivelção social – o que, de fato, pouco aconteceu (2011, p. 50) .

Sobre o processo de segregação socioespacial², diversos autores dão suas terminologias sobre esse fenômeno que existe em todas as cidades e que, no caso de Ilha Solteira, já existia logo em seu início.

Segundo Carlos (1996, p. 53):

A segregação socioespacial não é de maneira alguma um fenômeno que acontece naturalmente. Em sua forma inicial, ela se estabelece em um processo social, ligado à própria produção social do espaço urbano. Na constituição da cidade entra uma série de processos exclusivos, de modo que há uma separação, por exemplo, entre pobre e rico, bom e ruim e o visível e invisível (ou então aquilo que não se quer ver). Nesse sentido, produz-se espacialmente uma morfologia estratificada hierarquizada enquanto imbricação de espaços dominados-dominantes, como consequência da hierarquia social.

A segregação urbana, segundo Castells³, liga-se a uma forte expressão espacial da distância social, que pode ser definida como a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (2000, p. 250).

Essa diferenciação/desigualdade social entre os moradores de uma cidade vai de encontro com as ideias de Saravi, segundo ele:

La segregación espacial urbana puede entenderse como una dimensión específica de un proceso general de diferenciación social (Barbosa, 2001), y en este sentido es posible reconocer múltiples criterios a partir de los cuales puede tener lugar. Sin embargo, la relación resulta aún más densa si entendemos que la división social del espacio urbano es una representación espacial que, si bien no agota, es reflejo de la estructura social (2008, p. 95).

² O conceito de segregação aparece com a escola de Chicago e a sua expressão espacial é a “área natural”, ou seja, um espaço resultante de competição impessoal, dominado por grupos sociais (PAULA, 2008, p. 36).

³ Ainda de acordo o autor, “a segregação urbana não aparece como a distribuição da residência dos grupos sociais no espaço, segundo uma escala mais ou menos exposta, mas como a expressão, em nível e reprodução da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades” (2000, p. 262).

O autor continua sua reflexão sobre os processos de diferenciação social que resultam na segregação ao salientar que:

La segregación urbana se inserta, de distintas formas, en procesos de diferenciación, desigualdad y/o exclusión. Y si bien cada uno de estos conceptos hace referencia a procesos distintos, todos ellos tienen en común que expresan de distintas maneras un proceso esencialmente relacional. Más aún, no se trata de una condición relacional cualquiera, y más específicamente no se trata de una relación entre iguales; en los tres casos se trata de una relación entre “nosotros” y “otros”: otros diferentes, otros con más o menos oportunidades, otros integrados o excluidos, u otros en los que se superponen más de una de estas condiciones (2008, p. 96).

Essa exclusão social acontece, na grande maioria das vezes, de uma forma em que a classe prejudicada não tem sequer a chance de defender. Segundo Souza (2008):

Pode-se dizer que se está diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio contra a sua vontade, a viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou, pelo menos, não viveria confinada àquele local, ou ainda melhor, àquele tipo de local. Muitas vezes, grupos segregados são minoritários, como nas experiências históricas europeia e norte-americana; outras vezes, a segregação atinge a maioria de população, como ocorreu ou ainda ocorre em países que foram colônias de potências europeias.

Um dos motivos discutidos para a existência da segregação socioespacial parte da ideia de que as pessoas preferem viver ao lado de indivíduos parecidos, e não ao lado de indivíduos com uma condição social inferior. Nas palavras de Sabatini e Brain (2008):

Este es un argumento habitual entre gentes de derecha cuando buscan resistir las propuestas de reducción de la segregación residencial, especialmente la más radical de mezcla social en el espacio. El argumento consiste en una suerte de “clasismo” de derecha. Afirma, como un hecho auto-evidente que no requiere comprobación, que toda persona prefiere vivir con individuos parecidos. Los musulmanes con los musulmanes, los proletarios con los proletarios, los ABC1 con los ABC1, los negros con los negros (p. 7).

Seguindo com a ideia dos autores:

El argumento sigue con la declaración de que la segregación es, en buena medida, un hecho “natural”, y que resulta ineficiente, además de ilusorio, resistirla. Es interesante advertir que esta hebra de raciocinio se combina muy bien con el tradicional “clasismo” de izquierda y con la “tesis del espejo”. Las desigualdades, un hecho persistente en toda sociedad humana, se reflejarían en el espacio de las ciudades y, por lo mismo, la segregación sería natural. El argumento se aplica tanto a los grupos acomodados que no querían vivir con otros de menor condición como a los de estratos más bajos que preferirían vivir con sus iguales (SABATINI e BRAIN, 2008, p. 8).

Acerca desse processo, Maricato (1996, p. 56) salienta que:

[A segregação] não é somente uma das faces mais importantes da exclusão social, mas parte ativa e importante dela. A dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.), somam-se menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça social, difícil acesso ao lazer.

Voltando ao tema da diferenciação das moradias em Ilha Solteira, como foi citado anteriormente, estabeleceram-se dois critérios importantes na hora de destinar as casas aos seus devidos moradores. Existiam seis tipos de moradias na cidade, as casas partiam do nível 1 e iam até o nível 6.

O Quadro 1 mostra detalhadamente como eram as casas e quais classes de trabalhadores eram destinadas.

Quadro 1: Tipos de residências e classes destinadas.

NÍVEL	TIPO DE RESIDÊNCIA	CLASSE DE TRABALHADORES
1	Composta por sala, 1 ou 2 dormitórios, cozinha, banheiro e área de frente e fundo.	Operários não especializados; serventes; ajudantes; vigias e zeladores.
2	Composta por sala, 2 ou 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia e área de frente e fundo.	Profissões manuais como: carpinteiros; encanadores; bombeiros; mecânicos, feitores; pedreiros; operadores de máquinas; pintores e soldadores.
3	As casas eram iguais as do nível 2, porém elas contavam com alguns melhoramentos internos.	Auxiliares administrativos; chefes de turma; encarregados; mestres de obra; montadores; fiscais e laboratoristas
4	Composta por sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia e uma garagem.	Assistentes técnicos; auxiliares de serviço social; desenhistas; projetistas; encarregados de operação e de manutenção; inspetores de segurança, inspetores sanitários e professores do ensino primário.
5	Composta por sala, 3 dormitórios, cozinha, banheiro, lavanderia, 1 dormitório para empregada, garagem, área lateral de serviço e área de fundo.	Técnico-administrativo ou pessoal de cargo de chefia; agrimensores; professores de ensino médio; professores de ensino técnico; orientadores educacionais e orientadores pedagógicos.
6	Sala de estar, sala de jantar, 4 dormitórios, lavanderia, 1 dormitório para empregada, garagem, área de frente e de fundo e área lateral de serviço.	Encarregados de nível universitário, profissionais liberais como médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, assistentes sociais.

Fonte: Companhia Energética de São Paulo – CESP (1988) apud Dourado (2007)

Segundo Sávio (2011), buscando amenizar de alguma maneira a segregação entre as residências da cidade, os responsáveis pelas obras estudaram uma maneira de manter uma nivelação social, por exemplo, deixando as casas do tipo 2 próximas às casas do tipo 4, assim como as casas de nível 3 próximas às de nível 5 e 6.

Acerca dessa diferença referente ao padrão de vida dos moradores, o professor Froelich (2001) diz que:

A diferença de padrão de vida entre os moradores das casas tipos 1 e 6 é acentuada, embora, provavelmente, menor que a existente em cidades normais, onde convivem bairros muito ricos, médios e muito pobres, incluindo muitas vezes favelas. O problema é que os tipos foram concentrados geograficamente, estabelecendo um sistema que parece responder a uma estrutura estamental, na medida em que uma família cujo chefe pertence a determinado nível funcional não pode morar numa casa atribuída a outro nível, mais alto. A estrutura estabelecida, supostamente necessária durante a realização da obra, mostrou-se bastante inconveniente depois, dificultando sobremaneira os rearranjos e contribuindo para o florescimento de preconceitos de vários tipos entre os habitantes.

Surgiram situações até cômica, para não dizer trágicas: um peão casou-se com uma professora, mas não podia utilizar o clube que ela frequentava, porque era de um nível superior ao seu (p. 84).

A Figura 6 mostra como estavam dispostas na cidade as casas durante a década de 1970.

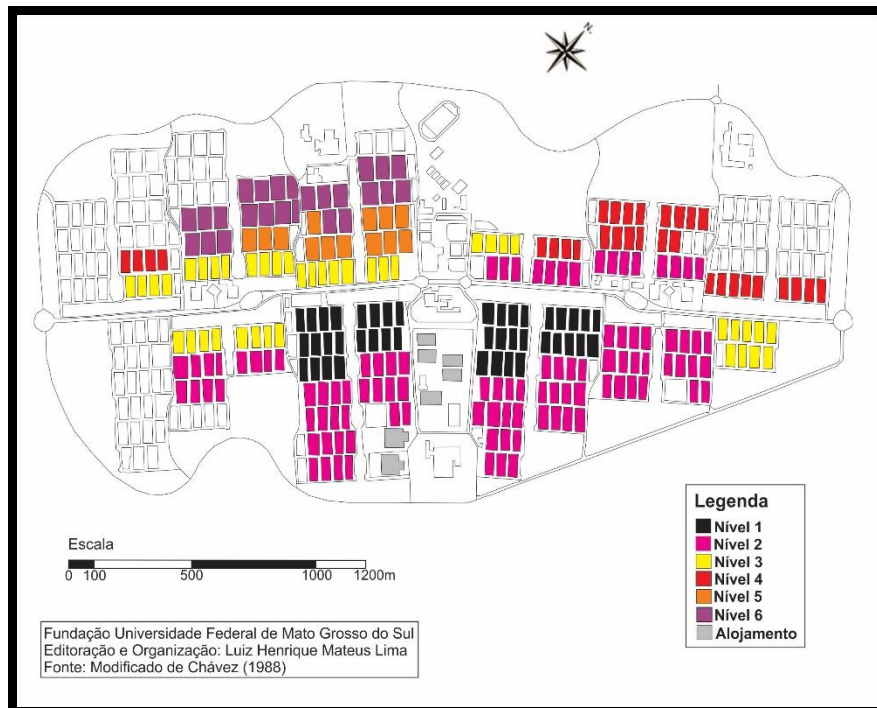


Figura 6: Distribuição das casas de acordo com o nível em Ilha Solteira.

As divisões entre níveis de classes de trabalhadores se estenderam também nas opções de lazer, por exemplo, existiam os clubes de níveis 1 e 2 que eram destinados aos peões de obra. Nesse contexto, segundo Dourado (2007) o Clube Sociedade Esportiva de Ilha Solteira (SEIS) era destinado aos trabalhadores que se encaixavam nos níveis 3 e 4; e o Clube Atlético Ilha Solteira era destinado aos trabalhadores de nível 5 e 6.

Uma das coisas que também diferenciavam as casas dos trabalhadores dos segmentos mais baixos para os trabalhadores de segmentos mais altos era a qualidade do material utilizado para a construção das mesmas. As casas não

proporcionavam segurança e nem conforto para os moradores, em relação a isso, Hespanhol (1993, p. 32) diz:

Quando se observa a localização, a qualidade do material, o tamanho, a disposição das casas, enfim, as condições gerais de habitação dos diferentes níveis, verificam-se a materialização da concepção de que as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem, aliás, é praticamente aceita pela sociedade, sobretudo por uma classe média tão curta.

Existia uma grande diferença entre Ilha Solteira e qualquer outra cidade, pois, no caso da segunda opção, as pessoas podiam viver onde quisessem desde que pudessem arcar com as despesas. No caso de Ilha Solteira, essa diferença era imposta de cima para baixo, o que restava aos moradores e trabalhadores era somente aceitar o que era imposto para eles.

Mas, segundo Sávio (2011), havia compensações para os trabalhadores:

Os trabalhadores não pagavam aluguel, nem tarifas de água, esgoto e energia elétrica. A educação tinha escolas de alto nível, com professores escolhidos em um rigoroso processo seletivo, e a assistência médica era das melhores, a ponto de a cidade ter o menos índice de mortalidade infantil da América Latina (p. 53).

Muitas vezes essa divisão prejudicava os trabalhadores que viviam nas residências de nível 1 e tinham famílias grandes. Froelich (2001) salienta que nas casas de nível 1 o número de cômodos eram menores (tinham somente dois cômodos), e eram destinadas aos trabalhadores que na maioria das vezes tinham famílias maiores, o que dificultava a vivência em um ambiente tão pequeno. Por outro lado, os moradores que tinham cargos mais importantes se mudavam para a cidade sem família e na maioria das vezes eles eram solteiros, e para eles as casas destinadas chegavam a ter até quatro dormitórios, por exemplo.

Essa segregação atingia até as escolas da cidade, essa segregação nas escolas atingia os alunos até o final do ensino médio, quando todos os alunos,

fossem do nível 1 ou do nível 6, tinham que estudar juntos, pois como a cidade não contava com escolas particulares, a única que oferecia o ensino médio era a “Escola Urubupungá”, localizada na zona Sul da cidade (DOURADO, 2007, p. 76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse trabalho, pode-se verificar que os sinais de segregação socioespacial em Ilha Solteira já estão evidentes desde o seu primeiro projeto, quando a implantação de um núcleo urbano definitivo já estava sendo planejado para o futuro.

Uma das heranças negativas da época da sua construção são as casas geminadas onde os moradores não podem ter privacidade, sendo que o que o separa do vizinho é apenas uma parede, e nas casas feitas de madeira isso se tornava uma pequena divisória. Por outro lado, os trabalhadores que ocupavam os cargos mais importantes da empresa eram colocados em casas luxuosas, com muito espaço e que muitas vezes eles ficavam sozinhos nesses locais. Isso leva a crer que o planejamento feito inicialmente buscou privilegiar os profissionais melhores qualificados e com um salário mais alto, deixando os operários em outras partes da cidade, em bairros onde eles convivessem próximos a outros trabalhadores do mesmo “nível” que ele. Essa separação era vista inclusive nas escolas e clubes da cidade, que eram destinados a determinados trabalhadores e a seus filhos.

Outro ponto negativo desse planejamento inicial é o processo de segmentação socioespacial, isso faz com que Ilha Solteira historicamente fique dividida entre a zona Norte da – destinada aos operários da obra – e a zona Sul – destinada aos moradores que ocupavam cargos considerados mais importantes.

Apesar da tentativa dos arquitetos em aproximar esses moradores, através da construção de novos bairros para moradores do nível 2 próximos aos bairros destinados aos moradores do nível 5 ou 6, até hoje é possível identificar as divisões entre os bairros, principalmente após a construção dos loteamentos fechados, e assim, apesar dos anos que se passaram, a cidade continua sendo segmentada e segregada socioespacialmente.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. A. M. **Caracterização da associação dos pequenos agricultores no contexto do projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira/SP**. 2005. 211 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BARBOSA, E. **Urban spatial segregation and social differentiation: foundation for a typological analysis**. Lincoln Institute of Land Policy, conference paper, 2001.

BARRETO, M. L. G. O. **Instalados no provisório**. 1983. 204 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO. **Ilha Solteira: a cidade e a usina**. São Paulo: CESP, 1988. 93 p. (Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo, 2).

CHAVÉZ, J. C. M. **O processo de produção de habitação popular: estudo do caso na cidade acampamento de Ilha Solteira**. São Carlos, 1988. 272 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA. **Museu Virtual de Fotos de Ilha Solteira e Região**. Disponível em: <http://www.dee.feis.unesp.br/museu/ilha_solteira/ilha_solteira.php> Acesso em: 13 ago. 2011.

DOURADO, L. A. C. **O espaço público e a territorialidade do lazer na estância turística de Ilha Solteira – SP**. 2007. 193p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2007.

FROELICH, G. M. **Ilha Solteira**: uma história de riqueza e poder (1952-1992). São Paulo: EDUC, 2001.

HESPANHOL, A. N. **O uso e as possibilidades de uso do solo urbano em Ilha Solteira – SP**. Rio Claro: Unesp/IGCE, 1993. 80p. (Trabalho desenvolvido em atendimento às exigências da disciplina "Paisagem e Meio Ambiente" ministrada pelo Professor Dr. Felisberto Cavalheiro).

IBGE. **Ilha Solteira: Dados Básicos**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=352044>> Acesso em: 12 dez. 2011.

MUDANÇAS PARA ILHA SOLTEIRA. **Jornal O Barrageiro**. Vila Piloto, ano VII, nº151, 28 de out. de 1968.

LIMA, L. H. M. **Dinâmica territorial e segregação socioespacial**: o caso de Ilha Solteira. 2012. 72 p. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

MARICATO, E. **A metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAULA, F. M. de. A. Cidade: espaço dividido – segregação, território e ideologia. In: CAVALCANTI, L. de S. et al [Org.]. **Temas urbanos**. Goiânia: UFG/IESA, 2008. 204p.

SABATINI, F.; BRAIN, I. **La segregación, los guetos y la integración social urbana: mitos y claves**. Revista Eure, Vol. XXXIV, nº 103. p. 5-26, 2008.

SARAVÍ, G. A. **Mundos aislados**: segregación urbana y desigualdad em la ciudad de México. Eure, Vol. XXXIV, Nº 103, p. 93-110, 2008.

SÁVIO, F. **Ilha Solteira**: um sonho, uma história. São José do Rio Preto: THS Editora, 2011. 195 p.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VELASCO, A. D. **A Ação do Estado e seus efeitos em cidades de pequeno porte: estudo de caso na cidade de Pereira Barreto**. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 1988.